
AS PERIPÉCIAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA TRAJETÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA: DAS RAÍZES AO II CONGRESSO

Francisco Wellington Duarte¹

RESUMO: Analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir da construção do seu ideário político, durante a década de 1980 e 1990, culminando com seu II congresso, em 1999, objetivando retomar essa trajetória para identificar qualitativamente como esse processo influenciou na construção do ideário do partido. Concluiu-se que as mudanças ocorridas no ideário petista foram resultado de um conjunto de fatores que terminou por distanciar o partido do socialismo, tornando-o progressista e reformista. Espera-se que o artigo contribua para o aprofundamento da discussão sobre o assunto em tela.

Palavras-chave: Política; trabalhadores; partido; socialismo; reformismo.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: wellingtonduarte45@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Os recentes acontecimentos que sacudiram o Brasil revelaram, entre outras coisas, que a luta de classes é um conceito que tem validade para explicar as formas de luta política que se desenvolveram nos últimos anos e que culminou numa gravíssima crise institucional, em que os agentes políticos envolvidos, de uma forma ou de outra, expressaram seu conteúdo de classe nas estratégias e táticas utilizadas na luta pelo poder.

E um dos protagonistas dessa crise política é, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores (PT), que nos últimos seis ou sete anos, tem sofrido uma campanha de destruição massiva de suas mais importantes lideranças, ficando cada vez mais claro que o objetivo principal dos seus contendores é o seu desaparecimento como entidade partidária, o que demonstra o grau de acirramento que essas forças tiveram com o PT.

As idas e vindas do PT durante os governos Lula e Dilma, com suas mudanças táticas em busca do pragmatismo da governabilidade, revelaram-se problemáticas para o partido na medida em que este, ao se distanciar do seu liame ideológico e enveredar-se pelo “pragmatismo eleitoral”, em que o partido passa a construir, ou pelo menos tentar construir, um complexo acordo de governabilidade com partidos que vão, inclusive, para o arco ideológico da direita.

Diante desse cenário, torna-se interessante recuperar a construção do PT até ao seu II Congresso (1998), para que se possa ter a compreensão de que a evolução do partido, inicialmente uma grande frente de esquerda, caminhou, ao longo da década de oitenta e noventa, para reformatação do seu perfil ideológico, até chegar à consumação da construção de um partido que se afasta do marxismo e de qualquer forma de organização que se remetesse a um leninismo, mesmo que longínquo o que pressupôs um endurecimento com os setores mais à esquerda e uma “migração ideológica” para uma “esquerda moderada”, recaindo no reformismo.

A partir de 1998 e até 2002, o PT buscar realinhar-se com os demais setores políticos para compor uma aliança que permitisse ao partido enfim se tornar competitivo nas eleições majoritárias para presidente e aproveitando-se disso para aumentar seu percentual de votos para a Câmara de Deputados e o Senado Federal.

O que se põe em questão é como ocorreu essa evolução, de um partido claramente pautado pelos princípios ideológicos inerentes à esquerda socialista, embora não necessariamente marxista, e isso implicava em construir estratégias e táticas políticas que levassem em consideração esse eixo ideológico, para um partido que passou a se lastrear por um conjunto de ideias, vagamente socialistas e isso abriu o espaço para uma reformatação da lógica eleitoral.

E é desse processo que o presente artigo trata. Desse hiato de tempo em que o PT surgiu e evoluiu até o seu II Congresso, considerado o marco final dessa mudança que se refletiram nas eleições seguintes e, por que não dizer, na década seguinte.

Se considerarmos a hipótese de que o Partido dos Trabalhadores (PT) é uma “anomalia política” diante de um quadro dominado pelas forças tradicionais, lastreadas por uma estrutura social desigual e, por isso mesmo, propícia ao domínio das camadas burguesas, teríamos que aceitar a tese de que não existiu uma história dos movimentos populares e revolucionários neste país. Uma anomalia nasce da novidade e nesse sentido a realidade demonstra que o PT não foi uma “novidade”.

Se partirmos, por outro lado, da ideia de que o PT inicia um novo período na história dos movimentos e partidos de esquerda neste país, por emergir com uma estrutura e concepção diferente das que existiam nas organizações revolucionárias de até então, o caminho torna-se alvissareiro, pois permite ter um olhar sobre este partido que, de fato, mudou a face da esquerda brasileira.

Há que se partir da compreensão de que há um encadeamento de vários processos e fenômenos que permeiam as sociedades brasileira e mundial, no final da década de 1980 e durante os anos 1990, e que terão um papel relevante na dinâmica da construção do ideário político do PT.

A década de 1990 representou, do ponto de vista histórico, um período de desaguadouro das transformações políticas e sociais, que ocorreram ao final da década de 1980 em todo o planeta, posto que o processo de transferência de capital para a atividade financeira assumiu proporções gigantescas, tomando a frente dos recursos destinados à esfera produtiva. A estrutura e superestrutura do sistema capitalista, que já vinham passando por grandes transformações desde a década de 1970,

apresentavam a característica da não-linearidade, o que desembocava em permanentes tensionamentos sociais e com modificações no perfil do estado capitalista, exigindo uma “renovação” da relação Estado x Capital x Trabalho, como observa Fiori:

É a hora da incorporação dos estados menos industrializados, de forma que, depois de duas décadas de internacionalização financeira, os estados mais frágeis e os ditos mais submissos foram se resignando a compor com esta nova realidade competindo pelos novos investimentos através de políticas cada vez mais agressivas de desregulamentação econômica e desoneração fiscal, tão mais predatória quanto mais embaixo estiverem na escala de risco de dos ‘meios emergentes’. (Fiori, 1997: 117).

Esse processo de reorganização das forças produtivas do capitalismo mundial se dá em meio ao virtual colapso do Estado-providência, socialmente falido e incapaz de responder às dinâmicas geradas pela forte competição internacional.

Uma crise que se inicia no centro do sistema capitalista, pondo em xeque as ações políticas dos partidos social-democratas governantes, basicamente na Europa, e que, ao longo dos anos 1980, vão um após outro sendo derrotados pelas forças conservadoras e liberais, dando lugar à hegemonia ditada pelo liberalismo reciclado, que modernizou o discurso e radicalizou as propostas de “liberdade”, iniciando um espetacular processo de “culto ao mercado” e edificando a apologia do consumismo.

Esse fenômeno já era perceptível a partir da segunda metade da década de 1980, quando ocorre o “enquadramento” dos países centrais e periféricos a essa “nova ordem”, cujo epicentro é o capital financeiro, caracteriza-se pelo processo de acirramento da competição intercapitalista e uma redução da participação dos salários na renda nos países industrializados. Diante de uma URSS debilitada economicamente e enfraquecida politicamente, os EUA (re)constroem rapidamente sua hegemonia através de ações de coordenação das políticas de câmbio e comercial, através da Rodada Uruguai, colocando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BIRD como intermediários entre o governo norte-americano e os representantes do capital privado, culminando, em 1989, na elaboração de um documento que ficou conhecido como “consenso de Washington”, em que estão demarcados os contornos da nova divisão internacional do trabalho.

A resposta à crise, feita pelo bloco no poder, é dada pela implementação de uma estratégia de inserção na economia internacional, onde se adota o critério da competitividade como balizador das ações públicas, o que exige um redimensionamento do Estado. Este passa a ser visto como um “facilitador” do processo de construção do crescimento da economia e, por conseguinte, exige um abandono do modelo de substituição de importação e adoção da perspectiva de “integração positiva” ao sistema capitalista. A perspectiva é a de adaptar o Estado às necessidades de reprodução do Capital.

O impacto desse redirecionamento do projeto de nação dá-se a partir da proposta de desregulamentação do estado, que desembocará numa ação privatizante, na criação de um “ambiente favorável” para os investimentos estrangeiros via flexibilização das relações de trabalho e no combate às organizações políticas representativas do movimento dos trabalhadores. Nesse contexto, a derrota dos petroleiros na greve de 1995 pode ser comparada à derrota dos mineiros da Inglaterra no final da década de 1970, pois abriu o caminho para um forte refluxo nos movimentos sindicais e sociais, que assumiram uma postura claramente defensiva, resultando no encolhimento político de suas representações e em derrotas eleitorais significativas.

A reorganização produtiva, entendida como o redimensionamento dos investimentos capitalistas, que interfere diretamente na composição orgânica do Capital, afeta diretamente a estrutura de classes, na medida em que reconfigura em muitos aspectos a relação existente no interior do processo de reprodução ampliada do sistema capitalista e redefine novos espaços e novas formas de controle do capital. No Brasil, esse processo gera modificações na composição do operariado e classe trabalhadora de uma forma geral, provocando uma crise nas suas esferas de representação.

Na década de 1980, o Brasil passa por um processo de redemocratização das instâncias de representação. A ditadura militar que impôs, desde 1965, o bipartidarismo e estabeleceu um regime opressivo, apresentava um esgotamento de sua capacidade de dirigir a sociedade a *manu militari*. Essa fragilização da direção militar e a crescente pressão dos segmentos mais organizados da sociedade propiciaram o reaparecimento

dos movimentos e partidos que lutaram contra o regime militar e o surgimento de novas organizações sociais que, embora guardassem em boa medida a herança ideológica de pré-64, apresentavam-se como uma nova opção no cenário político brasileiro.

Isso marcou em boa medida o processo eleitoral pós-ditadura e exigiu dos partidos de esquerda, principalmente, uma discussão das suas ações passadas e suas propostas futuras. Com isso, a cada processo eleitoral, as marcas do passado ressurgiam e acabavam por dar uma poderosa arma ideológica aos setores conservadores diante da realidade de ter no seio da esquerda um partido que, com poucos anos de organização, firmara-se como uma real possibilidade de derrotar o bloco hegemônico no poder. O PT é uma espécie de “assombração ideológica” a esse bloco no poder.

A década de 1990, marcada por revoluções conservadoras, renascimento do velho nacionalismo (em alguns casos xenófobos), fortalecimento dos partidos de feição religiosa e “emparedamento” dos movimentos sindicais por parte da lógica imponente do neoliberalismo, é o campo de luta entre a alternativa petista, que se consolidara como a maior expressão da esquerda brasileira (marxista ou não), e as forças liberais e conservadoras que, após a eleição de 1994, passaram a ser compostas pela social-democracia tupiniquim do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), saído do ventre peemedebista com a marca progressista e que se formatou rapidamente na expressão latino-americana de uma “terceira via”; e pelos velhos oligarcas do Partido da Frente Liberal (PFL), expressão maior do conservadorismo nacional. É nesse cenário que o PT, partido com quinze anos de turbulenta existência. Assume a hegemonia da esquerda nacional e passa a ser o centro da resistência à onda neoliberal que desparelhará o Estado nacional brasileiro.

O presente artigo é uma releitura da minha tese de doutoramento, escrito em 2008 sob o título de “A Perda do Halo? O Processo de Construção do Ideário Petista na Década de 90”, que trata dessa construção, a partir da perspectiva de classe e Estado. Retomamos a natureza da evolução programática do PT para explicitar como o partido evoluiu na sua linha política, passando de um partido marcadamente socialista, para um partido de corte reformista, vagamente social-democrata

2. O NASCIMENTO DA BESTA

E como o PT galgou até chegar à hegemonia na esquerda brasileira em apenas quinze anos de existência? Que elementos constituíram a formação e a construção ideológica do partido e o fizeram ser reconhecidos pelas classes trabalhadoras como o partido que melhor representava?

O surgimento do PT, seu dinâmico e sinuoso caminho para se tornar um partido socialmente aceito, sua inserção nas esferas do poder local, suas relações com os movimentos sociais e populares, quando observadas ao lado das transformações estruturais da economia mundial e brasileira na década de 90, introduzem elementos que tornam complexa a compreensão e o entendimento do desenvolvimento do perfil ideológico formulado pelo PT. Todo esse processo se dá num ambiente de crise dos movimentos de esquerda em geral, com o colapso do bloco soviético, com a retomada da hegemonia da política norte-americana, com o fracasso do keynesianismo europeu e da predominância quase absoluta do neoliberalismo.

Outro elemento que merece destaque na análise é a chamada “questão da relação de forças”, que significa buscar entender como se dá a interação das forças sociais, agrupadas e estruturadas a partir do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e que se expressa em diversos matizes ideológicos. A organização desses vários grupos sociais – sob forma ou não de partidos políticos – se dá a partir do estágio de consciência política coletiva, onde as classes se formam e onde está presente a figura do estado, como afirma Gramsci:

Na história real estes momentos se confundem reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente. Cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão orgânica própria, econômica e política. Também é necessário levar em conta que, com estas relações internas de um Estado-nação, entrelaçam-se interesses internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. (GRAMSCI, 1991: 50-1).

O aparecimento do PT na vida política brasileira merece ser considerado, por conseguinte, como um processo e não como um fenômeno. A “crise econômica” que atingiu duramente o país em fins dos anos 70, não pode ser desprezada ao se fazer

uma recuperação do nascimento do PT, posto que marca um dos aspectos do enfraquecimento do regime militar e do modelo de “modernização conservadora” idealizado pelos militares e posto em prática na década de 70.

Por outro lado, a base política do regime, formada por segmentos da grande burguesia nacional começa a trincar, pois este se vê às voltas com uma crise econômica que bloqueia as possibilidades de novos investimentos e, por conseguinte, entravava o fluxo de reprodução ampliada do capital. Esse é um momento em que a ditadura começa a dar sinais de fraqueza, embora o predomínio ideológico do bloco no poder não esteja em crise.

Esse bloco no poder está distribuído entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dá sustentação política aos generais, e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agrega todo o conjunto de segmentos que fazem oposição ao regime, composto por setores moderados da burguesia nacional cuja tática era a do “choque negociado”, ou seja, aceitava as regras do jogo por esta permitir pelo menos parcialmente, que se questionasse o tipo de regime vigente e, ao mesmo tempo, empunhava a bandeira da liberdade e do direito de expressão o que a fazia ser um ponto convergente para os oposicionistas.

Com a crise econômica criaram-se as condições objetivas para o ressurgimento/reaparecimento/reorganização, tanto das organizações como dos grupos e núcleos que se opuseram ao regime e praticamente foram eliminados pela repressão político-militar. São espaços que favorecem também aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores mais organizados. Esse espaço é o “vácuo” ideológico deixado pelas esquerdas que, depois de quase extintas fisicamente, não tinham mais a aproximação que tinham com as massas antes de 1964, e até mesmo nos primeiros anos da ditadura quando ainda era possível fazer essa articulação.

Na realidade o fim do bipartidarismo fez com que aqueles segmentos que já não viam no regime militar um elemento seguro que lhes garantisse sua reprodução, passassem a compor com os partidos nascentes, em especial o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e o Partido Popular – PP (liderado pelo liberal-conservador Tancredo Neves), o que significava uma tentativa de reequilibrar as forças

no poder e evitar um processo de acirramento das contradições internas do regime que levasse a uma ruptura mais violenta. O PT, quando surge, representará uma ameaça a esse equilíbrio e logo será tratado – por estas forças – como uma anomalia que deveria ser contida.

Além disso, a partir de 1978, com a crise econômica se agravando e o regime militar encontrando dificuldades para manter sua aliança com os setores civis que apoiava o regime, ao mesmo tempo em que um “novo” sindicalismo se contrapõe às velhas lideranças sindicais, muitas delas atreladas ao Estado e que formavam um colchão de acomodação para os reclames vindos da base, mas também de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outras forças marxistas que tinham como tática a participação nos sindicatos oficiais para impulsionar a reorganização do movimento dos trabalhadores, salientando ainda que setores do clero progressista e pequenas frações trotskystas passam a ter um papel ativo nas velhas organizações sindicais, radicalizando-as.

A base política do PT foi sim a classe operária, especialmente os metalúrgicos do ABC paulista e o nascedouro se deu no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo com a aprovação, em 24 de janeiro de 1979, de um manifesto que ficaria conhecida como “A Tese de Santo André-Lins”, cujo teor trás pelo menos três elementos constitutivos do futuro partido: anticapitalista ao afirmar que “[...] enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração” (PT, 1998:47); a defesa de partido “dos trabalhadores” como melhor instrumento de luta política destes; e defesa do fim da ditadura e pela democratização do país.

O PT nasceu anticapitalista, classista e democrático, já se desvencilhando do “marxismo revolucionário” das tradicionais organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outras pequenas organizações de extrema-esquerda.

Na “Carta de Princípios”, lançada em 1º de maio de 1979, o nascente PT revela como será o caminho da construção partidária com forte participação do operariado. Essa referência (o operariado) adquiriu, segundo a Carta, um amadurecimento político que a levou a construir um conjunto de lideranças que possibilitaram uma aglutinação maior do operariado em torno de bandeiras políticas inerentes ao movimento. Por outro lado, a Carta expressou, naquele momento, o perfil classista do partido e seu papel de nova vanguarda da classe trabalhadora, um resquício das raízes marxistas revolucionárias do partido.

Em outubro de 1979 é realizada a Primeira Reunião Nacional do Movimento pelo PT, onde já se percebe uma ampliação do arco de adesões, passando a incluir militantes de movimentos sociais e os intelectuais. Na Declaração Política, um dos quatro documentos saídos dessa reunião, faz-se referência às massas trabalhadoras e reafirma-se o caráter anticapitalista do novo partido e unificador dos movimentos reivindicatórios.

A ideia do PT surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas, aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelo direito das populações indígenas. (PT, 1998, 55)

Em fevereiro de 1980 é feito o lançamento oficial do PT, com uma Coordenação Nacional Provisória (CNP) formada basicamente por membros do operariado paulista, rejeitando o epíteto de “partido de vanguarda”, mas se colocando como “partido de massas exploradas”, sendo que nas entrelinhas da sua plataforma política, lançada no ano anterior a visão de “vanguarda” está presente.

A partir desse momento começa a construção do PT em meio ao processo de enfraquecimento da Ditadura, que aponta para eleições em 1982 e, por conseguinte, a necessidade do partido inserir-se na luta política em meio ao processo de construção. Nesse processo alguns membros da intelectualidade progressista e marxista junta-se ao trabalho de organizar um partido de esquerda socialista não-marxista, além de antigos militantes revolucionários que haviam rompido com o PCB na década de 70. É

essa complexa convivência que fará com que o PT se apresente como “sui generis” na então realidade política brasileira: uma frente de partidos e organizações se propondo a construir um partido.

A partir do resultado eleitoral das eleições de 1982, que deu 3,5% dos votos para a Câmara de Deputados (elegendo oito deputados), o PT começou a desenvolver uma discussão interna sobre os rumos a serem seguidos e em junho de 1983 é publicado o “Manifesto dos 113” que pretende combater o diversionismo e dotar o partido de uma organicidade necessária para os futuros embates, na medida em que, para essas pessoas, o PT não é uma frente, mas, um partido pronto para dialogar com a sociedade e participar plenamente da vida parlamentar.

Começa, nesse ponto a longa e sinuosa luta do PT para definir seu perfil ideológico. Dentro desse processo de organização de um núcleo de liderança o Manifesto representa um novo ciclo do PT, no que se refere à sua organização interna, ou seja, a ideia de “federação de partidos” passa a ser combatida como forma de formar um perfil ideológico próprio do partido. Uma tarefa que se mostraria muito complexa e com repercussões no futuro do partido, mas que na prática era essencial para que este se fortalecesse enquanto tal.

Nessa empreitada o PT não participa em nem apoia nenhum movimento de negociação entre os setores democráticos e os governistas, que desembocarão nas eleições indiretas de 1985. O partido prefere defender a eleição direta e, pela primeira vez, se identifica como “diferente” ao bater de frente com as iniciativas de outros setores da esquerda em apoiar o Colégio Eleitoral. Para o partido é o momento para marcar posição quanto à sua identidade e isso significou, inclusive a pecha de “radical” nos anos seguintes. Nasce o “petismo”, marca registrada de uma militância que se diferencia das demais por suas atitudes mais incisivas e por uma percepção de que era preciso romper com a velha tradição da esquerda.

O ano de 1986 representa a retomada da institucionalidade plena, visto que serão realizadas eleições para a Câmara, uma parte do Senado, que serão transformadas em Congresso Constituinte, e para governadores e Assembleias Legislativas. E nesse momento realiza-se o IV Encontro Nacional (maio-junho de 1986),

que afirma sua postura classista articulando a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerada a “única” que servia para representar os sindicatos classistas. As demais eram consideradas “pelegas”.

A partir desse momento começa a ser sistematizado o “pensamento” do partido, com vistas a dotar o mesmo de um conteúdo ideológico mais firme e fugir, de uma vez por todas, de qualquer resquício de marxismo-leninismo, mas mantém a perspectiva classista a partir do fortalecimento orgânico da CUT, esteio do próprio PT, que inclusive contradiz a crítica que faz aos comunistas, de tornarem os sindicatos correias de transmissão dos seus interesses. O partido reconhece que só com a ruptura radical com a ordem burguesa será possível a construção de uma “sociedade igualitária e sem classes” (PT, 1998). Mas essa construção do socialismo é colocada como sendo determinada pelas condições objetivas da realidade brasileira e sua dinamicidade dependerá das “ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e possibilidades que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta”. (PT, 1998:252). Dessa maneira o partido busca se diferenciar do que seus dirigentes chamam de “direções cupulistas” que pensam numa “revolução sem o povo” (PT, 1998). Entretanto, ao apresentar seu programa o partido recorre às formas clássicas do marxismo: socialização dos meios de produção, amenizada pelo “controle popular”; a estatização de setores da economia e a coletivização da agricultura.

O que diferencia o PT das demais organizações marxistas é o encaminhamento de como chegar ao poder, e nesse sentido o partido recorre a Gramsci, que se debruça mais sobre a complexidade de uma sociedade de classes capitalista e a defesa, em primeiro plano, da democracia, é um elemento-chave para diferenciar o PT da esquerda marxista. Também é nesse momento que a corrente Articulação (ART), oriunda do Manifesto dos 113, começa a se tornar a corrente hegemônica dentro do partido.

3. A ADOLESCÊNCIA DA BESTA: QUE CAMINHO SEGUIR?

No V Encontro Nacional do PT (1987), os dirigentes decidem dar um sentido de organização política mais hierárquica, ou seja, perder o caráter de “frente de partidos”. É um movimento liderado pela ART e vai gerar forte resistência nos diversos grupos. A

resolução aprovada no Encontro reconheceu o direito de os filiados se agruparem em tendências, salientando, todavia, seu caráter interno. Comunicações públicas diretas com a sociedade foram proibidas, sendo permitidas apenas comunicações dirigidas ao público interno petista. Tornou-se proibido o uso do nome partido pelas tendências, e estas ficam obrigadas a obedecer às deliberações das instâncias partidárias.

Um outro debate, que atravessa o partido, refere-se à questão das alianças, cujo maior defensor era o deputado estadual de São Paulo, José Dirceu, que propõe, inclusive, aproximar-se de setores do PMDB, do Partido Verde (PV) e do Partido Humanista (PH), assim como estabelecer alianças mais firmes com o PCB, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e com o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Dirceu considerava, naquele momento, o PCdoB como “aliado preferencial”, já que este rompera no início de 1987 com o governo Sarney e com a Aliança Democrática (AD), que governava o país.

Essa “adolescência” do PT trás seu primeiro programa, chamado de “Programa Democrático-Popular”, apresentando um partido socialista, mas democrático. Mantém da radicalidade, característica do PT de então, com propostas estatizantes e de reforma agrária “sob o controle dos trabalhadores”. O “socialismo” do PT, progressivo e oriundo de reformas processuais, exige que o partido seja a principal influência na classe trabalhadora, embora não a sua vanguarda.

A política de alianças é aprovada, sob fogo cerrado da Convergência Socialista (CS) e o partido estabelece condições para a efetivação dessas alianças, demonstrando desde então uma tendência ao “hegemonismo” que inibiria, num primeiro momento, setores progressistas a aproximarem-se do partido. Ao mesmo tempo a política de alianças proíbe terminantemente alianças com PDS (ex-ARENA), PL, PTB, PFL e PMDB.

O ano de 1989 pode ser visto como o primeiro grande embate do PT, já que se tratava das primeiras eleições presidenciais desde 1960 e este se lança no processo formando a Frente Brasil Popular (FBP), junto com o PSB e o PCdoB.

Nas eleições de 1989, Fernando Collor obteve, no primeiro turno, 20,6 milhões de votos (28,6%), contra 11,6 milhões dados a Lula (16,1%), que só obteve maior

votação do que seu adversário no Distrito Federal; o trabalhista Leonel Brizola (PDT) obteve 11,2 milhões de votos (15,5%); e o social-democrata Mario Covas (PSDB) chegou a 7,8 milhões de votos (10,8%). Maluf, representando a direita reacionária e conservadora, chegou a 6,0 milhões de votos (8,3%). No segundo turno Collor teve 35,1 milhões de votos (53,0% dos votos válidos) e Lula 31,1 milhões (47,0%). Dessa vez Lula venceu em Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e manteve a maioria no Distrito Federal. Mas novamente perdeu as eleições em São Paulo o bastião do PT. O fato é que a aproximação com os setores moderados (Covas), e a aliança com os democrático-trabalhistas (Brizola), socialistas (Arraes), comunistas (o PCB de Roberto Freire), dos “pelegos” da Central Geral dos Trabalhadores (“Joaquinzão”), permitiu a Lula que dobrasse sua votação e o tornasse a maior expressão política da esquerda no Brasil, o projetando como o líder dessa esquerda que ressurgia no país.

Logo depois da posse Collor aplica um violento choque na economia, lançando o país numa forte recessão, provocando desemprego generalizado, enquanto busca reequilibrar a economia, algo que não conseguirá fazer. A piora das condições da economia apresenta um ambiente favorável para o crescimento do PT e a conjuntura internacional, com a crise terminal da URSS, que então começava a despontar, desmontando as democracias populares do Leste Europeu, favorece a reafirmação do “socialismo petista” como uma alternativa concreta ao “socialismo real”, em decadência.

Nesse ponto o PT reforça sua tese de “socialismo petista”, e que para isso seria necessário reforçar a democratização radical das estruturas sociais, pondo a dimensão ética como uma condição básica para a unidade entre o socialismo e o humanismo reformista. Dessa forma inserem-se novas formulações teórico-políticas no programa petista que, expressam a solidariedade como componente fundamental para a construção de um sujeito coletivo que respeita a singularidade do indivíduo.

Além disso, o caráter classista do partido, antes defendido inclusive pela corrente majoritária e sua ligação umbilical com os sindicatos, passa a ser questionado pela própria ART, que apresenta a tese de que o avanço do partido via eleições, deveria aproximar-se de várias camadas da população e isso significava ter uma nova postura inclusive no discurso. Isso se revela necessário na medida em que o PT passa a

governar cidades e isso faz com que ocorram confrontos com os sindicatos, ligados às correntes mais à esquerda, que questionam a “institucionalidade” do partido.

Nas eleições de 1990 o partido dá um novo salto. Os deputados estaduais passam de 35 para 82; os deputados federais saltam de 16 para 35. Além disso, o partido elegeu um senador. No cômputo geral o PT passou a ser o terceiro partido votado para Câmara Federal. Para os líderes da ART os resultados representaram que a flexibilização defendida por eles dera resultados concretos, enquanto que para as correntes mais à esquerda, endureceram as críticas, afirmando que o partido se dobrava à lógica eleitoral, afastando-se do verdadeiro objetivo, que seria a tomada do poder e a implementação do socialismo.

O fracasso do Plano Collor e o acirramento da crise econômica, no início de 1991, representaram para o partido uma oportunidade de colocar-se como uma alternativa real ao fracasso colorido, que contava com o apoio de peemedebistas e a complacência de muitos deputados do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), uma dissidência do PMDB. Mas os intensos debates internos sobre o perfil ideológico do PT e com a aproximação do I Congresso, correntes como a CS, a Democracia Socialista (DS) e O Trabalho (OT), começavam a criticar de forma cada vez mais dura o afastamento definitivo de alguns dos pilares do marxismo revolucionário, qual seja, a renúncia à tomada violenta do poder, a defenestração da ditadura do proletariado e uma releitura da democracia na construção do socialismo.

O I Congresso, realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, uma década depois de sua fundação, representa o momento de amadurecimento político PT e o abandono da “adolescência rebelde”, pois a conjuntura nacional e internacional impõe ao partido posicionar-se definitivamente perante a sociedade sobre temas diretamente relacionados a aspectos que tem impacto no cotidiano da população em geral, sendo também uma exigência prática para o partido, que já governa algumas cidades e tem problemas com sua militância exatamente porque, dentro da ordem capitalista dada, precisa apresentar soluções práticas e rápidas, o que invariavelmente o faz chocar-se com as “perspectivas revolucionárias” dos grupos mais à esquerda.

A tese vencedora do I Congresso é da reafirmação do compromisso entre socialismo e democracia, o que significa o abandono definitivo de qualquer referência à ditadura do proletariado; a “alternância de poder”, duramente rejeitada pelas correntes mais à esquerda; a aceitação do termo “Estado de Direito”; e o mercado como um “campo de luta na sociedade”, enfraquecendo a concepção de luta de classes, que teria como pressuposição o controle do mercado. A colocação da disputa pelo governo central como sendo um dos principais elementos da conquista da hegemonia, é uma mudança de eixo da disputa representando uma acomodação à lógica do sistema representativo.

A mudança de interpretação das classes sociais, agora diluídas em grupos sociais, faz com que a linha de ação do partido se volte para a defesa dos interesses mais prementes desses grupos, embora o discurso permaneça ligado aos trabalhadores de uma forma geral, e tem como consequência imediata a mudança de postura com relação às alianças políticas e a própria estratégia de construção do socialismo. O I Congresso marca o fim de um ciclo para o PT. É o fim da adolescência e o início da conturbada maturidade necessariamente precoce.

4. A MATURIDADE DA BESTA: A LONGA JORNADA PARA O DESENCANTO?

A formatação de um partido socialista e democrático representou o momento da ruptura das correntes que há tempos viam contestando os rumos do partido, sob a liderança da ART. Um dos principais grupos, a Convergência Socialista (CS) é “convidada” a sair do partido depois que, ao final do I Congresso, a CS anuncia que não iria seguir as resoluções do mesmo e iniciasse um processo de expulsão, consumado em maio de 1992, e serão acompanhadas pela Causa Operária (CO) e a Tendência por um Partido Revolucionário (TPOR).

Passada a fase tempestuosa da “arrumação da casa”, com a defenestração de correntes que buscavam se contrapor às decisões das instâncias dirigentes do partido, era necessário se recompor e enfrentar um cenário político em que a crise econômica persistia agora com a novidade das denúncias de envolvimento do presidente Collor num esquema de corrupção (maio de 1992). Daí até dezembro, quando Collor é

impedido de cumprir o mandato, há uma agitação política no país com o surgimento de movimentos de massas, com pouco controle vertical, dando voz aos “caras pintadas”, com forte presença da juventude. E o PT é engolfado nesse processo, que se dá ao mesmo tempo em que o Leste Europeu sucumbe de vez, desmoronando o sistema chamado de “socialismo real”, com fortes impactos nos movimentos comunista e socialista mundial e obviamente também no PT, já que a discussão sobre o desmoronamento da URSS tem reflexo nas formas como o partido encara o processo de luta política.

Ao iniciar-se 1993, os setores moderados do PT passam a falar em “crise das utopias” e da necessidade de construção de um novo “projeto alternativo”, para que este possa agregar as pessoas no processo de “construção coletiva da felicidade”, conforme revela um dos membros da ART, Gilberto Carvalho². Trata-se, em boa medida, de “ultrapassar” a ideia de um proletariado como sujeito revolucionário e aceitar a de que a luta social está além da luta de classe e sim da realização de um novo sentido de solidariedade e de humanização das relações sociais.

Outra liderança do partido, José Genoíno, então líder da Nova Esquerda (NE) fala em abandonar o “discurso vazio da mera ideologia”³ e esse grupo evoluirá para a articulação de uma corrente declaradamente não-socialista, a Democracia Radical (DR) que nos encontros seguintes do partido, servirá como aliado da ART, então em processo de rearticulação.

Dentro da ART, um setor começa a questionar a preponderância das eleições e da administração sobre o ideário do partido, enfraquecendo-o ideologicamente e tornando-o mais acessível ao pragmatismo. No VIII Encontro Nacional do PT (junho de 1993), a ART cinde-se na Articulação de Esquerda (AE) e na Articulação-Unidade na Luta (ART). Além disso, nesse Encontro pela primeira vez os métodos de direção são duramente questionados por segmentos do partido, que apoiam teses que apontam pela necessidade de “democratização das instâncias do partido”. A Encontro, no seu término, mostra que, apesar das fissuras no centro dirigente, este consegue manobrar

² CARVALHO, Gilberto. Área de Sombra – Era Doméstica, in: Teoria e Debate, n° 19, agosto-setembro-outubro-1992.

³ GENOINO, José. Afirmção Nacional, in: Teoria e Debate, n° 20, fevereiro-março-abril-1993.

habilmente e mantém o controle da Comissão Executiva Nacional, aliando-se com setores moderados e estabelecendo compromissos com alguns setores mais críticos.

Esse “PT amadurecido” revela-se na elaboração da sua estratégia cujo foco é a formulação de uma proposta de governar dentro do sistema capitalista, com um cronograma de reformas que leve a uma unificação das massas populares em torno do governo democrático-popular e, a partir de aí, dar um novo impulso rumo a transformações mais profundas na sociedade brasileira. Essas transformações não passam mais apenas pela tomada do poder e a implementação de políticas de cunho socialista, mas de elaborar políticas de governo que permitam a “desprivatização” do Estado, que passa a ser um indutor e regulador das atividades da economia. Walter Benjamim, um dos expoentes do PT fala em legitimação do PT como uma alternativa nacional, legitimando-o junto à população (Benjamim, 1993).

Se o PT se encontra em processo de amadurecimento de suas bases ideológicas, o Brasil também atravessa uma transição, com um governo nascido do impedimento de Collor e cujo presidente, Itamar Franco, lança um ambicioso processo de estabilização da econômica, dessa vez com a ajuda direta do PSDB e em dezembro de 2013 lançado o Fundo Social de Emergência (FSE) pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foi criado o Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF), e anunciado um amplo programa de combate à sonegação fiscal; o equacionamento das dívidas dos estados e municípios; a intervenção e maior controle sobre os bancos estaduais, bem como a sua reestruturação, da mesma forma que os bancos federais; e, finalmente, o compromisso com as privatizações e com a reforma da Previdência Social. No começo de março de 1994 o governo cria a Unidade de Referência de Valor (URV) 89, já com expressivo apoio de vários segmentos da sociedade, embora a espiral inflacionária permanecesse presente. Entrementes o processo de “urvização” atinge duramente os salários, com perdas estimadas em até 34,5%. Começam os embates com o movimento sindical, primeiras vítimas dessa estabilização.

Nesse ponto o PT realiza mais um Encontro Nacional, o IX, e nele se consolida a liderança de Lula, não apenas como aquela surgida de um movimento operário de

massas, o que ocorreu em 1979 e nem como um candidato antissistema, como foi em 1989, mas como uma liderança nacional do partido, preparado para as disputas majoritárias, leia-se presidenciais. Sua grande vantagem nas pesquisas de então reforça a ideia de união nacional em torno de sua figura e o partido passa a defender alianças mais amplas, inclusive com setores capitalistas.

Em julho de 1994, e já em plena efervescência eleitoral, começa a circular o Real, substituindo o Cruzeiro Real na relação de 1 para 2750, conforme o último valor da URV e a cotação do dólar. Mas não havia uma paridade cambial fixa: a cotação do dólar, segundo o BACEN (Banco Central do Brasil), seria determinada pela Lei da Oferta e da Procura. A promessa de estancamento e recuo da inflação promove uma reviravolta no processo eleitoral.

Nas eleições, Lula obteve 17,1 milhões de votos (22,0%), 47,4% a mais do que obtivera em 1989, mas insuficiente para impedir que FHC, com 34,4 milhões de votos (44,1% do total de votos) vencesse já no primeiro turno. Nas eleições parlamentares, PMDB, PFL e PSDB são os mais votados⁴. O PT acabou “aprisionado” pelo Plano Real e não soube como responder aos argumentos da coalizão PSDB/PFL/PTB de que o governo conseguira baixar a inflação e aumentar o poder de compra principalmente das camadas médias.

A derrota de Lula provoca, de imediato, discussões internas no partido e são complementadas pela frustração oriunda do fato de que as esquerdas afinal haviam sido batidas nos pleitos eleitorais da América Latina. Avanços sim, mas contidos pelos neoliberais e conservadores. Além disso, o futuro governo tucano flertava abertamente com setores petistas que se negavam a encarar FHC como uma expressão da direita, entre eles Francisco Weffort, que acabará saindo do partido e ido direto para o ministério de Fernando Henrique Cardoso. Outras lideranças, como Marta Suplicy, hoje no PMDB, também defendiam uma aproximação com o PSDB; Augusto Carvalho lançou a possibilidade do “consenso nacional”, para evitar que FHC fosse “aprisionado”

⁴ Em 1995 O PMDB tinha 105 deputados federais; o PFL, 90; o PSDB, 64; o PPR, 49; o PT, 49; o PP, 37; o PDT, 33; o PTB, 31; o PSB, 14; o PL 12; o PCdoB, 10; PSD e PMSN, 5 cada; PSC, 3; PPS, 2; PV e PRP, com um cada, e dois deputados sem partido. No Senado o PMDB tinha 22 senadores; o PFL, 21; o PSDB, 11; PPR, PP, PTB e PT com 5 cada; o PDT, 4; PL, PSB e PPS com um senador cada. O PMDB elegeu 9 governadores; o PSDB 6; PSB, PPR, PFL e PT 2 cada; PDT, PTB e PRP 1 cada.

pela direita; Perseu Abramo falava em “oposição propositiva”. Há uma ideia de que o PT precisa se adequar melhor ao campo democrático e deixar um partido “do contra”.

Esse novo movimento provoca novas rupturas, como a saída de César Benjamim, que acusa os dirigentes de terem substituído o impulso por mudanças por um pragmatismo eleitoreiro, transformando o partido numa “máquina eleitoral”, estilo norte-americano, perdendo sua qualidade emancipatória. É um novo momento na história do partido, não mais questionado pelo seu radicalismo, mas agora pelo seu movimento em direção ao “establishment”, ou seja, de partido o consenso.

Essa conjunção de setores moderados e pragmáticos se articula no X Encontro Nacional (agosto de 1995) e formam o Campo Majoritário que no processo eleitoral perde para a coalizão de tendências mais à esquerda. A chapa Socialismo e Democracia tem 189 votos e o Campo Majoritário tem 165, mas aliando-se a setores moderados, acaba tendo 220 votos dentre os delegados, mantendo sua hegemonia na direção do partido, elegendo José Dirceu, então considerado um quadro mais à esquerda, como forma de estabelecer um consenso entre as diferentes tendências.

Ao mesmo tempo o partido debruça-se sobre o refluxo do movimento de esquerda no mundo e a conclusão representa um novo passo, o que significa, para o PT “(...) ter que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e seu projeto partidário, terá que atualizar e reelaborar programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo” (PT, 1998:612).

Do projeto democrático-popular, passa a propor-se uma proposta alternativa de construção de uma sociedade complexa e cujo setor médio tem forte influência, inclusive na classe dos trabalhadores. As resoluções que saem do Encontro propõem uma agenda política “alternativa” calcada em três eixos fundamentais: uma nova política econômica com reformas sociais; a defesa da Nação; e a defesa da democracia.

Reformas sociais significavam, naquele momento, a defesa do salário, a reorientação da política econômica a partir do combate às altas taxas de juros e a

defesa do emprego. Não há nada de novo nessas propostas, mas sim nas propostas mais específicas do partido. Reforma do sistema financeiro, reforma tributária, política cambial e de comércio externo que recupere a balança comercial, políticas de estímulo à pequena e média indústria para combater o desemprego e uma forte discussão acerca do caráter público das empresas estatais, revela que o PT se propõe a reordenar o sistema capitalista brasileiro, mas sem mudar sua estrutura global.

Essa nova postura leva, num primeiro momento, há certa confusão dentro do partido com as tendências ora reconhecendo a necessidade de uma nova concepção de partido para um “novo mundo”, como diz Tarso Genro ao utilizar a questão da revolução tecnológica, para ter como base de uma nova referência utópica ou como revela Raul Pont, criticando a direção pela falta de definição ideológica, a constante divergência existente dentro do partido e a desconexão entre a base parlamentar e os governantes.

Em agosto de 1997 realiza-se o XII Encontro Nacional e nele são realizadas, pela primeira vez, eleições para presidência do partido, o que muitos críticos viram como algo extremamente negativo, na medida em que houve uma transposição de todas as excrescências do sistema eleitoral para dentro do partido. Nessas eleições José Dirceu é reeleito presidente do partido com 52,3% dos votos, derrotando a Milton Temer, que obteve 47,4% dos votos, consolidando sua liderança, mas expondo as fissuras internas do partido, reveladas nas disputas de chapas para o Diretório Nacional, com os setores moderados recebendo 57,6% dos votos para o Diretório Nacional. José Dirceu consolida sua posição, com a manutenção da aliança com os moderados e dominam amplamente o partido.

A aproximação das eleições presidenciais de 1998, onde pela primeira vez ter-se-ia a reeleição, uma manobra que FHC fez e conseguiu emplacar uma emenda constitucional que permitisse isso, o partido mantém a crítica ao Plano Real como um engodo das classes dominantes, mas recua no sentido de dizer que no plano da economia o sucesso em debelar o ciclo inflacionário revelou-se positivo e a crítica se desloca para a forma de como o Plano Real integrou o Brasil na economia mundial. A questão é recompor o sistema e não transforma-lo. O apelo vai em direção às camadas

médias, que se encontram enfrentando uma nova crise econômica, derivado exatamente da aplicação do Plano Real em sua plenitude.

Em fins de 1997 o partido vê nessa situação uma oportunidade de rearticular o chamado campo democrático e popular e ampliar tais alianças para os setores do pequeno e médio empresariado e das bases do Partido Popular Brasileiro (PPB) e do PMDB, que fazem parte da base governista. Explorar as contradições existentes no governo e ampliar as alianças políticas são a tônica do PT para vencer as eleições de 1998. Essa posição encontra resistência dos setores mais à esquerda e faz com que José Dirceu afirme que partido necessita ter um perfil mais homogêneo, a fim de evitar a persistente ideia de que as tendências têm a força para fazer mudar os resultados encontros. Isso significa fortalecer a direção petista e, por tabela, a visão de partido defendida por esta.

A melhor forma de “arrumar” novamente o partido, primeiro movimento desde 1991, foi realizar um Encontro Nacional Extraordinário (maio de 1998) e o Campo Majoritário, aliado à Democracia Radical, bate a esquerda do partido. Um Encontro totalmente voltado para o processo eleitoral, apesar de não aprofundar o debate sobre a nova postura do partido, nota-se claramente que a flexibilização tática assume um caráter mais agressivo, chegando a apontar setores do PMDB e do PSDB como potenciais apoiadores da candidatura Lula.

As tensões emergem quando das formações das chapas para as eleições locais, e a esquerda petista é forçada a atender as diretrizes do comando central do partido, sob a ameaça de intervenção nos diretórios estaduais e a formação da União Muda Brasil, com a vinda do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com o qual o partido se alia em sete estados. A aposta do partido era a de que a ampliação das alianças e o recuo de posições que poderiam afastar as camadas médias daria vantagem à Lula, contra a poderosa máquina montada por FHC.

Mas as eleições de 1998 revelaram um quadro parecido com o de 1994. Embora Lula, com 21,5 milhões de votos (25,8%) tenha aumentado sua votação em 25,7% com relação a 1994, FHC, com 35,9 milhões de votos (43,1%) novamente foi eleito no primeiro turno. Nas eleições para a Câmara Federal o PSDB obteve 17,5% dos votos; o

PFL, 17,3%; o PMDB 15,2%; o PT, 13,2%; o PPB, 11,4%; o PDT, 5,7e o PTB, 5,7% cada; o PSB, 3,4%; o PL, 2,5 e o PCdoB, 1,3%. Os demais partidos obtiveram 20,9% dos votos. A tática do partido não teve o sucesso esperado.

Sob forte pressão, devido ao insucesso eleitoral, e pressionado pelas greves e manifestações que se espalham pelo país, lideradas pela CUT, que em determinados momentos chega a se contrapor à liderança do partido, convoca-se o II Congresso do partido, que pode ser considerado como o desaguadouro natural do processo de mudanças no ideário político do PT, iniciado ainda no I Congresso, mas que tomou contornos decisivos a partir do IX EN em 1995, quando se forma o Campo Majoritário, consolidando as posições das correntes moderadas.

Ocorrido entre 24 e 28 de novembro de 1999, na cidade de Belo Horizontem. Teve a participação de 441 delegados. Foram apresentadas 14 teses. A tese do Campo Majoritário “O Programa de Revolução Democrática: Para a Construção de um Brasil Livre, Justo e Soberano” foi eleita a tese-guia, o que confirmou a força dessa corrente dirigente.

O debate em torno do abandono definitivo da análise de classes como referencial estratégico da luta pela transformação social, já não estava mais na ordem do dia. O próprio “socialismo petista” sofrera um processo de releitura, influenciado pela inserção do partido nas administrações municipais e estaduais e pela construção do “modo petista de governar”, e que desde o início da década de 90 já definira o campo de luta parlamentar como a principal esfera e a defesa do “Estado democrático de direito”, uma assertiva que tem raízes nos cânones do liberalismo clássico e que acabou sendo assumido pela esquerda não revolucionária.

A própria composição dos delegados, mostra um avanço considerável do funcionalismo público sobre o operariado, a matriz originária do PT, que representava nada menos que 49,0% dos delegados, ou seja, os setores que não sofrem diretamente o efeito das transformações do Capital estavam, nesse Congresso, minoria, espelhando, dessa forma, o perfil dirigente que abandonara o tal “radicalismo” e enveredara para a via da reforma dentro dos marcos legais.

José Dirceu foi reeleito com 54,8% dos votos e o Campo Majoritário, sempre aliado com a Democracia Radical e setores moderados. São esses setores que substituirão as referências de classe, para maioria e, por conseguinte, opondo a concepção de luta de classe, para o da reforma do sistema, traduzidas em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais (sic) a serem realizadas por um novo governo apoiado por uma ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil.

Mantém-se a defesa da criação de um mercado de consumo de massas, aliado às ações compensatórias que possibilitem a melhoria na distribuição de renda a partir de políticas públicas tributárias distributivas, além de uma política de reativação do financiamento público. Defender a socialização da riqueza, do poder e do conhecimento, baseada numa hierarquia de valores (igualdade, liberdade e solidariedade) a partir das “maiorias sociais”, a mais clara afirmação do completo abandono das referências classistas do partido.

As “maiorias sociais”, o elemento fundamental para o sucesso da Revolução Democrática, termo utilizado a partir daí pelo partido, seriam forjadas num longo processo de acumulação de forças que desembocaria numa “nova hegemonia”, uma referência ao conceito gramsciano que fora forjado no V EN (1987) baseada, por sua vez, num movimento complexo em que as lutas sociais e as transformações institucionais seriam os elementos construtores da hegemonia destas “maiorias”. Tais “maiorias sociais” não têm a organicidade das classes e expressam a diluição destas no conceito geral de sociedade. As estruturas de classe passam a servir como referência analítica para a tática de incorporação das demandas dos segmentos específicos.

O PT que sai do II Congresso está longe de ser socialista, mesmo que a retórica permaneça evocando essa utopia. A “governabilidade”, assumida pelo partido, representa a perspectiva que os dirigentes do partido passam a ter acerca do controle do aparelho estatal, agora na versão mais light de setor público, o que implica num recuo com relação à concepção de empresas estatais, admitindo a privatização de

alguns setores, para fortalecer o serviço público, que atingiria as camadas mais pobres da população.

A vitória da tese do Campo Majoritário aprofundou a concepção de democracia representativa já tão presente nos documentos petistas, embora se perceba a insistência em relacionar diretamente democracia social e econômica, com a democracia política, que na prática significa a busca pela melhoria do sistema de representação parlamentar. Essa premissa fortalece o prisma onde se coloca o Estado como um corpo separado e acima das contendas sociais, um elemento que, sendo “controlado” democraticamente pela sociedade, serviria aos propósitos da Revolução democrática pretendida pelo PT, que se apresenta efetivamente como um gestor da economia capitalista, afastando de forma definitiva a perspectiva de ruptura, passando a identificar no fortalecimento do Estado (capitalista) o agente impulsionador do crescimento econômico.

As resoluções deste Congresso expressam o aprofundamento da linha reformista e moderada que já se expressara desde 1995, mas também mostra que o núcleo dirigente majoritário tornou-se mais homogêneo no que se refere às formulações táticas e estratégicas do partido. Essa homogeneização é vista pelos setores minoritários como a “hegemonização” do pensamento pragmático e eleitoralista que, segundo os críticos e opositores, acabou por colocar o PT num campo anti-revolucionário, embora não contra-revolucionário.

A Besta petista, nascida radical e crítica ácida do sistema capitalista, aos poucos foi sendo domesticada e finalmente estava pronta para o “convívio social” com o Estado capitalista, ou seja, o PT não representava mais nenhuma ameaça ao status quo e passara a interagir com as demais forças políticas. Adotar o pragmatismo como forma de atuação na esfera política significou, para o partido, conceber que a luta política, dada a sua complexidade teria de ser encarada a partir da necessidade de obter resultados favoráveis ao PT, principalmente na esfera da administração, mas também no processo eleitoral. O pragmatismo, nesse sentido é ligado ao que possível praticar para atingir os objetivos e metas propostas pelo partido.

Tais posicionamentos colocaram a necessidade de reposicionar a própria estrutura e organização partidária. O partido reconhece que as transformações ocorridas no sistema capitalista acabaram por trazer mudanças significativas nas formas de sociabilidade e isto não foi muito bem apreendida pela organização e estruturas partidárias, gerando certas inconsistências nas formulações estratégicas e táticas. Para o PT há a necessidade de uma reaproximação com os setores “tradicionais” petistas, qual seja o operariado industrial, mas também uma maior aproximação com o micro e pequeno empresário, com as camadas médias e com segmentos sociais (estudantes, intelectuais, artistas, etc.). As últimas referências ao PT como “dos trabalhadores” são diluídas numa postura de torná-lo absolutamente aberto a todas as camadas sociais, embora a direção permaneça defensora de um “partido de massas, socialista e democrático” que, na prática transforma-se em retórica, pois se remetem a outro tipo de concepção partidária.

Dessa forma completa-se o ciclo de transformações petistas e o partido, que nascera socialista e defensor de mudanças revolucionárias na sociedade, torna-se portador de um discurso reformista, protocolarmente socializante, que passa a preconizar as mudanças a partir do aprofundamento da democracia representativa, de caráter liberal, e do atendimento das demandas sociais, incluindo aí as políticas compensatórias que passam a ter um peso considerável nos planos de lutas do partido. Fechou-se o ciclo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GÊNESE DO NOVO CICLO

A trajetória do PT e sua longa conversão de partido classista e socialista, para um partido reformista com fortes traços social-democrata, não pode ser vista como uma “deformação ideológica”, causada pela “conversão” de um partido nascido revolucionário e que se tornou antirrevolucionário, no sentido de romper com o sistema capitalista vigente. Essa explicação simplifica um processo deveras complexo e que, para ser minimamente compreendido, deve partir de uma perspectiva mais abrangente, que leve em consideração pelo menos cinco aspectos fundamentais:

(a) A estrutura organizacional do PT, derivada de sua formação e construção, tornou difícil, senão impossível, a construção de um perfil ideológico homogêneo que o partido por várias vezes recusou. A consequência mais visível dessa característica petista foi a formação de um núcleo dirigente, concentrado na sua executiva, com perfis próximos e que deu as linhas gerais para a ação partidária, assim como teve forte influência na construção dos projetos estratégicos do partido;

(b) Nascido sob forte influência do marxismo, o partido foi profundamente abalado pelo fim do “mundo soviético”, não por defender seus postulados, mas pela perda de referência que a esquerda teve nesse processo. O partido, ao perder essa referência, mesmo que negativa, teve que se debruçar sobre uma releitura de Marx e isto trouxe novas interpretações e até a rejeição do ideário marxista nas correntes moderadas e majoritárias, tais como a ART e a DR;

(c) ao interagir com a institucionalidade, o partido se viu às voltas com problemas práticos e do cotidiano da sociedade e teve de rever sua postura avessa à participação nas esferas do sistema capitalista. Esse reposicionamento trouxe fortes tensões entre o partido e os dirigentes locais que, em várias ocasiões chegaram à ruptura aberta e desembocou na mudança de posicionamento do partido no que diz respeito à aceitação das instâncias governamentais como elementos constitutivos do processo de construção partidária e do próprio projeto político do partido;

(d) A participação nos parlamentos “burgueses” trouxe para dentro do partido a necessidade imperativa de estabelecer parâmetros para a relação entre o partido e os mandatos, que devido à dinamicidade da luta política descolou-se, em várias ocasiões, das instâncias diretivas do partido gerando “espaços autônomos” dos parlamentares, o que ensejou novos focos de tensão.

(e) as modificações estruturais ocorridas no sistema capitalista, organização e gestão, fizeram emergir teses como o fim da centralidade do trabalho e variantes que reduziam o papel do proletariado como sujeito histórico do processo de transformações sociais. Isso fez com que as correntes petistas, marxistas e não marxistas, travassem um debate intenso sobre a “possibilidade revolucionária” que influenciou o processo de construção da estratégia e tática do partido.

A partir dessas considerações percebe-se que o PT, na sua trajetória política, foi “moldado”, em boa medida, pelos fenômenos que ocorreram na base material e no “mundo da política”, ou seja, o PT sofreu a influência direta do que ocorreu no bloco soviético e indireta dos processos de avanços tecnológicos que atingiram as estruturas do Capital.

O caráter de classe do PT, nesse processo, se desvanece e perde força como referência política para a construção da estratégia e tática do partido. A luta de classes passa a ser encarada como um confronto de interesses entre os segmentos da sociedade, representadas pela elite e pelo “povo”. O “povo” emerge com força, assim como o conceito genérico de trabalhadores que abarcam todos aqueles que vivem do salário.

Todo esse processo de mudança é ladeado pelo fortalecimento da figura política de Lula, que pertence a ART (depois ART-UL). Lula deixa de ser uma liderança política sindical e transforma-se rapidamente na maior estrela do PT, o que enseja um culto à sua imagem, fortemente influenciado pela intelectualidade petista que molda a sua imagem junto às bases do partido. Lula, aos olhos dos petistas, é quase uma figura mítica portador do ideário petista, embora este seja heterogêneo e acima de tudo expressa a força que o partido pretende ter na sociedade como um todo. A corrente majoritária o torna símbolo do partido e se aproveita disso para fortalecer seus posicionamentos diante das minorias.

O ano de 1999 é o ponto culminante da ruptura petista com a “tradição socialista clássica” no sentido de uma abordagem classista da sociedade. A aceitação dos pressupostos básicos do liberalismo clássico tais como: a defesa da propriedade privada, com “função social”; a consolidação do Estado democrático de direito e a rotatividade do poder, representam a nova face do PT, que já estavam delineadas desde o I Congresso (1992).

O PT chega ao final do século XX com um ideário que renunciou ao seu passado a partir das transformações objetivas e subjetivas que ocorreram no sistema do qual faz parte. De partido de protesto ou “do contra”, passou a ao partido da construção socialista, e posteriormente partido defensor do aprofundamento – dentro dos marcos

legais – da democracia existente no sistema. Esse processo de construção ideológica, longe de ser encarado como um processo deformatório, fez parte de um complexo conjunto de mudanças que ocorreram dentro do partido, caracterizado pela variedade de correntes com suas visões políticas inclusive antagônicas de construção do projeto de poder do partido.

A afirmação do PT como partido inserido na ordem capitalista e de promotor das lutas contra as desigualdades sociais, e não mais como defensor das transformações sociais e si de mudanças, tornarão claro para os dirigentes do partido e para as correntes que formam o Campo Majoritário, que a chegada ao poder central, agora tornado o eixo central da estratégia mudancista do PT, implica numa aliança com todos os setores da sociedade interessados em diminuir as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, fortalecer a estrutura produtiva do país, já que o segundo influenciaria no primeiro. Estava consolidado o caminho para as alianças com o grande capital que culminaria na ampla aliança de 2002 que levou, enfim, Lula – e o PT – ao poder central e iniciou uma nova etapa da vida do PT, agora no comando de uma poderosa máquina burocrática e sob fogo cerrado de uma oposição que irá, ao longo do tempo, aprimorar suas estratégias e táticas para fustigar o PT.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **A Cultura Política do Petismo**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=410&page=visualizar>.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O PT e a Democracia (e o socialismo?). In: **Ciências e Letras**, nº 37. Porto Alegre, janeiro-junho de 2005, pág. 333-62.

ARNASON, Johan. Perspectivas e problemas do marxismo crítico no Leste europeu. In: HOBBSAWN, E.J. (org.). **História do Marxismo**, volume 11. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 163-245.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia das práxis como previsão. In: HOBBSAWN, E.J. (Org.) **História do Marxismo**, Vol. 10. São Paulo: Paz e terra, 1987, p.13-128.

BASAURE, Mauro. **¿Fin de las clases? Materiales para un debate**. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/bas2.doc>. Acesso em 03 de julho de 2006. 192

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERNARDO, João. Crise dos Trabalhadores ou Crise do Sindicalismo. **Crítica Marxista**, nº 4. São Paulo: Xamã, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOITO JR. Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, Vol. 1, Nº 3. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 80-105.

_____. Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil. **Ideia**, Vol. 9, Nº 1. Campinas: Instituto de Filosofias e Ciências Humanas da UNICAMP, 2002, p. 59-88.

BRAGA, Ruy. **Velhas Ideologias para a “nova esquerda”**. Tarso genro e o revisionismo contemporâneo. Revista Outubro, nº 2, 1998.

BUONICORE, Augusto César. Assalariados urbanos: proletariado ou nova classe média. **Revista Princípios**, São Paulo, nº 64, p. 48-53, fev.2003/mai.2003.

_____. **Qual o Valor da Democracia?** Disponível em:
<<http://recid.redelivre.org.br/2011/10/06/qual-o-valor-da-democracia>>

CHAUVEL, Louis. Classes e Gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 15, p. 57-70, out.2002.

COMPARATO, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. In: **Estudos Avançados**, nº 31, volume 11. São Paulo, setembro dezembro 1997.

COSTA, Silvio. **Tendências e Centrais Sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política. Volume II. São Paulo, Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Pedro Roberto. **A esquerda marxista na atualidade e a revolução social**. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cferreira.htm>>

FRANCO, Augusto de. **Congresso do PT: quebra-cabeça de três peças**. In:<http://www.fpa.org.br/td/colecao_td.htm>.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo a lógica da diferença**. Dissertação de Mestrado em História Social do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2000. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/cont/2000_tese_pt_cyro.pdf>.

GOSS, Karine P. e PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado. In: **Em Tese**, volume 2, nº 1. Florianópolis: UFSC, janeiro-julho 2004, p. 75-91.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRÜN, Roberto. Em Busca da Nova Pequena Burguesia Brasileira. In: **Revista Dados**, volume 43, nº 2. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200005>.

GUIMARÃES, Juarez. O Claro Enigma da Estrela Petista. **Margem Esquerda**, Nº 4. São Paulo: Boitempo Editora, out. 2004, p.33-38.

HOBSBAWN, E.J. O marxismo hoje: um balanço teórico. In: _____. **História do Marxismo**, Vol. 11. São Paulo: Paz e terra, 1989, p.13-66.

_____. Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo. In: _____. **História do Marxismo**, Vol. 01. São Paulo: Paz e terra, 1987, p.301-46.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JORGE, Eduardo e DIRCEU, José. Debate: As alianças e o Partido dos Trabalhadores. In: **Teoria e Debate**, nº 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, dezembro 1987.

HOBSBAWN, E.J. (Org.). **História do Marxismo**, Vol. 6. São Paulo: Paz e terra, 1985, p.13-43.

KOSIC, Karel. **A Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a Unidade Partidária como Problema. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, nº 1, Volume 45. Rio de Janeiro, 2002, p. 39-76. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n1/a02v45n1.pdf>>.

LENIN, V.I. Que Fazer? Problemas Candentes do Nosso Movimento. _____. **Obras Escolhidas**, Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, p.79-214.

_____. Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática. In: _____. **Obras Escolhidas**, Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, p.381-472.

LUKÁCS, Gyorg. **História e Consciência de Classe: estudos da dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MAREK, Franz. Teorias da Revolução e Fases de Transição. HOBBSAWN, E.J. (Org.) **História do Marxismo**, Vol. 11. São Paulo: Paz e terra, 1985, p.67-100.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/img/obras/brumario.asp>>>.

_____. **A Ideologia Alemã**. Disponível em: <<http://www.enlace.org.br/textosmarxistas.htm>>>.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, Vol. 3. São Paulo: Difel, 1985, 4a. ed.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp>>.

NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a Renovação do Marxismo: In: HOBBSAWN, E.J. (org.). **História do Marxismo**, volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 11-52.

NETO, Benedito Rodrigues de Moraes. O século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 15, p. 71-84, out.2002.

NOBRE, Marcos. **Lukács e os limites da reificação**. São Paulo: Editora 34. 2001.

OLIVEIRA, Francisco de, STÉDILE João Pedro e GENÓÍNO NETO, José. **Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

OZAÍ DA SILVA, Antonio. **O PT e os marxismos da tradição trotskista: Introdução**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/000/0trotskismo.htm>>.

_____. **O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/001/01trotskismo.htm> >.

_____. **A Democracia Socialista (DS)**. Disponível em: <[_http://www.espacoacademico.com.br/002/02trotskismo.htm](http://www.espacoacademico.com.br/002/02trotskismo.htm) >.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PEREIRA, Pedro Roberto. **A Esquerda Marxista na Atualidade e a Revolução Social**. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cferreira.htm>>.

POGREBINSCHI, Tammy. Jovem Marx, nova Teoria Política. **Dados** nº 3, vol. 49. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000300004&script=sci_arttext&tlng=eng >

REIS, Bruno Pinheiro w. O Conceito de Classes Sociais e a Lógica da Ação Coletiva. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 34(3): 415-41. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

Recebido em:

Aceito em: